

## PSICOLOGÍA LATINOAMERICANA COMO EPISTEMOLOGÍA DEL SUR Y PERIFÉRICA<sup>1</sup>

Vinicius Furlan<sup>2</sup>  
Elio Rodolfo Parisí<sup>3</sup>

### Resumen

Las epistemologías del sur se refieren a la producción y validación del conocimiento anclado en las experiencias de resistencia de todos los grupos sociales que sufrieron sistemáticamente las injusticias, opresiones y destrucción causadas por el capitalismo, el colonialismo y el patriarcado. Las epistemologías del sur están relacionadas con el conocimiento que surge de las luchas sociales y políticas. Con los cambios políticos y culturales en América Latina en la década de 1960, existe un proceso de apertura para que los investigadores latinoamericanos comiencen a revisar las epistemologías previamente establecidas. Lo que llevó a Dussel a proponer el diálogo entre centro / periferia: epistemologías periféricas. La psicología latinoamericana emerge en este giro como un campo con compromiso ético-político con las clases subordinadas y oprimidas y en la construcción de una episteme que toma la realidad como punto de partida, buscando transformarla. Esto marca las características de una psicología latinoamericana como epistemología del sur y la periferia.

**Palabras clave:** Psicología latinoamericana; Epistemología del sur; Periferia.

### Resumo

As epistemologias do sul se referem à produção e validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sofreram sistematicamente as injustiças, opressões e destruições causadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado. As epistemologias do sul estão relacionadas ao conhecimento que emerge das lutas sociais e políticas. Com as mudanças políticas e culturais na América Latina nos anos 60 ocorre um processo de abertura para que pesquisadores latinos começassem a revisar epistemologias

---

<sup>1</sup> Recibido: 30/12/2020 Aceptado: 03/06/2021

<sup>2</sup> Dr. en Psicología Social. Profesor e investigador del Departamento de Psicología Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP) (Brasil) Correo: vc\_furlan@hotmail.com

<sup>3</sup> Dr. Em Psicología. Profesor e Investigador de Psicología Política. Correo: eliorodolfoparis4@gmail.com

previamente estabelecidas. O que levou Dussel a propor a dialógica entre centro/periferia: epistemologias periféricas. A Psicologia Latino-Americana emerge nesta guinada enquanto um campo com compromisso ético-político com as classes subalternas e oprimidas e na construção de uma episteme que toma a própria realidade como ponto de partida buscando transformá-la. Isto marca as características de uma Psicologia Latino-Americana como epistemologia do sul e periférica.

**Palavras-chave:** Psicologia Latino-Americana; Epistemologia do Sul; Periferia.

### **Abstract**

Epistemologies of the South refer to the production and validation of knowledge anchored in the experiences of resistance of all social groups that systematically suffered the injustices, oppressions and destructions caused by capitalism, colonialism and patriarchy. Southern epistemologies are related to the knowledge that emerges from social and political struggles. With the political and cultural changes in Latin America in the 1960s, there is a process of opening up for Latin researchers to begin reviewing previously established epistemologies. What led Dussel to propose the dialog between center / periphery: peripheral epistemologies. Latin American Psychology emerges in this turn as a field with ethical-political commitment to subordinate and oppressed classes and in the construction of an episteme that takes reality as its starting point, seeking to transform it. This marks the characteristics of a Latin American Psychology as epistemology of the south and periphery.

**Keywords:** Latin American Psychology; Southern Epistemology; Periphery.

### **Epistemologias do Sul e Periférica**

Como demarca Maria de Paula Menezes (2018) as Epistemologias do Sul se referem à produção e validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que sofreram sistematicamente as injustiças, opressões e destruições causadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado.

Conforme a autora, o objetivo das epistemologias do Sul é permitir que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como seu e em seus próprios termos, uma vez que somente assim eles poderão modificá-lo de acordo com suas próprias aspirações. Dado o desenvolvimento desigual do capitalismo e a persistência do colonialismo central ocidental, o Sul epistemológico e o Sul geográfico se sobrepõem parcialmente, principalmente no que diz respeito aos países sujeitos ao colonialismo histórico.

As epistemologias do sul estão relacionadas ao conhecimento que emerge das lutas sociais e políticas e não pode ser separado dessas lutas. Pretende identificar e valorizar o que nem sempre aparece como conhecimento à luz das epistemologias dominantes, que surge como parte das lutas de resistência contra a opressão e contra conhecimento que legitima essa opressão. Muitas dessas formas de conhecimento não são abstratas, mas empíricas (Menezes, 2018).

Seu enfoque é, portanto, o conhecimento "inexistente", considerado como tal porque não são produzidos de acordo com metodologias aceitas ou mesmo inteligíveis ou porque são produzidos por sujeitos "ausentes", sujeitos considerados incapazes de produzir conhecimento válido devido a sua condição ou natureza subumana a que estão submetidos.

As epistemologias do sul procedem de acordo com o que Boaventura de Souza Santos (2014) denomina de sociologia das ausências, ou seja, pretende transformar sujeitos ausentes em sujeitos presentes, como condição mais importante para a identificação e validação do conhecimento que pode reinventar a emancipação social e a libertação.

Menezes (2018) enfatiza que as epistemologias do sul invocam necessariamente outras ontologias (reveladas por outros modos de ser: dos povos oprimidos e silenciados, povos que foram radicalmente excluídos dos modos dominantes de conhecimento). Como esses sujeitos são produzidos como ausentes por meio de relações de poder altamente desiguais, resgatá-los é um gesto eminentemente político. As epistemologias do sul enfocam, assim, os processos cognitivos de significado, justificação e orientação na luta empreendida por aqueles que resistem e se rebelam contra a opressão. A questão da validade surge dessa forte presença. O reconhecimento da luta e de seus protagonistas é um ato de pré-conhecimento, um impulso intelectual e político pragmático que implica a necessidade de examinar a validade do conhecimento que circula na luta e que é gerado pela própria luta.

Nas palavras de Santos (2018, p. 24),

As epistemologias do Sul são um conjunto de procedimentos que visam reconhecer e validar o conhecimento produzido, ou a produzir, por aqueles e aquelas que têm sofrido sistematicamente as injustiças, a opressão, a dominação, a exclusão causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

O autor destaca que estas epistemologias são uma resposta à opressão que as epistemologias do norte imprimem a povos, Estados, movimentos e pessoas que não se adaptam e contradizem e/ou não lhes são interessantes para as relações de poder do norte global.

Os pilares das epistemologias do Sul, demarca Santos (2018), sustentam-se em saber que: 1) a compreensão do mundo excede a compreensão nortecêntrica do mundo; 2) a compreensão do mundo associa-se com a legitimação de um poder social e tem a ver com concepções de tempo e espaço; 3) a racionalidade invisibiliza e incredibiliza conhecimentos não-hegemônicos; e 4) deve-se promover a tradução intercultural e inteligibilidades mútuas entre diferentes experiências possíveis e disponíveis (Santos, 2018).

Menezes (2018) destaca que o conhecimento que concerne às epistemologias do Sul não é cultural *a priori*. Na melhor das hipóteses, é o não dito dos não ditos, isto é, o não dito que surge da linha abissal que divide as sociedades e as sociabilidades metropolitanas e coloniais na modernidade central ocidental. Tal linha abissal é a linha epistemológica fundamental da modernidade central ocidental.

Nesse sentido, Aníbal Quijano (2005) aponta que a pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade e de que toda modernização de populações não-européias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana. Porém, por outro lado, se se admite que o conceito de modernidade se refere somente à racionalidade, à ciência, à tecnologia, etc., a questão que estaríamos colocando à experiência histórica não seria diferente da proposta pelo etnocentrismo europeu, o debate consistiria apenas na disputa pela originalidade e pela exclusividade da propriedade do fenômeno assim chamado modernidade, e, em consequência, movendo-se no mesmo terreno e com a mesma perspectiva do eurocentrismo. Há, contudo, um conjunto de elementos demonstráveis que apontam para um conceito de modernidade diferente, que dá conta de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo. Nesse conceito não estão, obviamente, ausentes suas referências e seus traços anteriores. Porém mais enquanto formam parte de um

universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, cuja questão central é a libertação humana como interesse histórico da sociedade e também, em consequência, seu campo central de conflito.

Tal aspecto da modernidade, demarca Enrique Dussel (1995), aponta para um diálogo que não pressupõe o “ocultamento e silenciamento” entre as culturas, mas busca dinamizar o diálogo intercultural a partir das culturas periféricas que foram encobertas, colonizadas, subalternizadas e negadas pela modernidade eurocentrada, como as da América Latina. A transmodernidade intercultural de que fala Dussel (2016), assemelha-se a uma ideia central das epistemologias do sul ligada a tradução intercultural, entendida como o procedimento que permite a criação de inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis quanto as possíveis. Por exemplo, como destaca Santos (2011), observar o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade.

Quijano (1992) demarca que com as mudanças políticas e culturais na América Latina nos anos 60 ocorre um processo de abertura para que pesquisadoras(es) e intelectuais latinos começassem a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanas, o que refletiu, nos termos de Spivak (2010), de subverter as estruturas de subalternização do conhecimento; no caso, dos fenômenos que caracterizam o continente latino-americano. O que levou Dussel (1995) a propor a dialógica entre centro/periferia, os saberes de centro e os saberes periféricos, isto é, epistemologias periféricas: aquelas produzidas a partir dos movimentos e das lutas sociais dos países colonizados. O que implica verossimilhança entre as epistemologias do Sul e Periféricas. Dussel narra que

Desde que retornei à América Latina, chegando da Europa, a situação política ia de mal a pior. Os alunos exigiam dos professores mais clareza política. Na Argentina, a ditadura de Onganía recebia oposição cada vez maior dos grupos populares. Em 1969, rebenta o “Cordobazo” (a cidade de Córdoba é ocupada por estudantes e operários, reproduzindo-se o que acontecera no ano anterior no México, em Paris e em Frankfurt). A “teoria da dependência” abria caminho, apontando a assimetria econômica Centro-Periferia existente entre o desenvolvimento do Norte como causa do subdesenvolvimento do Sul. Na Colômbia, Fals Borda publica *Sociología de la liberación*; Augusto Salazar Bondy apresenta seu estudo *¿Existe una filosofía en América Latina?*, no qual faz depender da situação estrutural de neocolônias

dominadas a impossibilidade de uma filosofia autêntica. Estávamos ministrando um curso de *Ética ontológica* dentro da linha heideggeriana na Universidade Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina) quando, em um grupo de filósofos, descobrimos a obra de Emmanuel Lévinas, *Tótalité et Infinít: Essai sur l'Exteriorité*. A minha ética ontológica passou a ser, então, para uma ética de *la liberación latinoamericana* [...]. (Dussel, 1995, p. 17-18).

### **Psicologia Latino-Americana como epistemologia do sul e periférica**

A proposição de uma Psicologia Latino-Americana que emerge nos anos 1960 na AL está a par de uma guinada latino-americana que se produziu a partir dos embates da teologia e filosofia da libertação (por pensadores latinos), os embates sobre modernidade e pós-modernidade dos anos 80, as discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação e estudos culturais, bem como do giro decolonial; estudos os quais incluíram os conhecimentos produzidos pelas classes subalternizadas, exploradas e oprimidas (Miglievich-Ribeiro, 2014; Viera, 2013).

Se até os anos 1960 na AL, dentre os saberes das Psicologias, se predominou epistemes de cunho biologizantes e naturalistas, de viés positivista e cartesiano, a partir dos anos 70 na América Latina, começou a tomar corpo no seio das Psicologias uma guinada epistêmica de cunho social e político, ancorados no que culminou denominar Psicologia Social (Lane, 1994) e Psicologia Política Latino-Americana (Parisi, 2008).

Reconhecendo as formas de opressão dos governos ditatoriais nos países latino-americanos e a torre de marfim dos saberes *Psi* sustentados no positivismo e nas ciências naturais, um grupo de pesquisadores da Psicologia começaram a apontar para a necessidade de se construir uma Psicologia de orientação crítica e com compromisso ético-político demarcado com a transformação dos problemas sociais vividos pelas classes populares na realidade latino-americana (Hur e Lacerda Jr, 2016; Lima, Ciampa & Almeida, 2009).

Assim, a Psicologia Latino-Americana se propôs a pensar a construção de um saber que toma como ponto de partida a própria realidade vivida nos países latino-americanos - países do Sul e Periféricos. Isto, por sua vez, implicou num diálogo entre um eixo de países latino-americanos, ou seja, Sul-Sul, como Brasil, Peru, Chile, Argentina, Uruguai, México, El

Salvador, Venezuela, dentre outros, os quais a maioria, naquele momento, viviam sob governos ditatoriais.

Em que pese a Psicologia Latino-Americana tenha assumido o materialismo marxista como episteme de base em sua emergência, seus proponentes compreendiam que teorias importadas não facilmente poderiam ser aplicadas a nossa realidade. É desse limite que se projeta a construção de um saber na Psicologia que se produza a partir da própria realidade, construindo seu próprio aparato conceitual e teórico.

A emergência de posicionamentos críticos em relação à situação da população vivida naquela época culminou no desenvolvimento da Psicologia Comunitária, em que profissionais vinculados aos movimentos contrários dos regimes ditatoriais, preocupados com a construção de novas práticas críticas às instituições sociais conservadoras, iniciaram uma nova relação com as populações subalternas, buscando criar estratégias para a garantia de direitos humanos e do exercício de cidadania.

Conforme Campos (1996), a Psicologia Comunitária se desenvolveu a partir da preocupação da Psicologia Latino-Americana em seu caráter político em transformar a realidade social e compromisso com as classes subalternas, na medida em que propõe não a aplicação de uma prática psicológica clínica as populações de baixa renda, mas uma práxis enquanto potência de movimento grupal na busca pela transformação social da realidade desta população.

Campos (1996) demarca que os trabalhos comunitários partem de um levantamento das necessidades e carências vividas da população periférica, sobretudo no que se refere às condições de saúde, educação e saneamento básico. Utilizando-se de métodos e processos de conscientização, procura-se trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados. A busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da Psicologia Latino-Americana.

Como enfatiza Maritza Montero (1984), a Psicologia Comunitária na América Latina nasce desde uma perspectiva libertadora, ética e politicamente comprometida com a justiça e a transformação social de sua realidade. Desde meados da década de 1960 a utilização de teorias e métodos da psicologia em trabalhos feitos em comunidades de baixa renda, visando,

por um lado, deselitizar a profissão, e, de outro, buscar a melhoria das condições de vida da população trabalhadora, constitui o espaço teórico e prático do que se passou a denominar a Psicologia Latino-Americana. Bairros populares, favelas, periferias, associações de bairro, comunidades eclesiais de base, movimentos sociais, movimentos populares em geral foram os lugares em que tiveram início essas experiências. A periferia, compreendida pela Psicologia Latino-Americana, conforme Galeão-Silva (2017), é ao mesmo tempo um posicionamento político e social em relação ao centro detentor do capital, do conhecimento e do poder, bem como um lugar produtor de identificações e identidades sociais de grupos que resistem e criam novas formas de expressão, memória e organização social. Neste sentido, a periferia pode ser compreendida como um significante para designar locais sociais de pessoas oprimidas e desconsideradas como cidadãos.

Isto implica reconhecer o saber e a práxis popular como primordial a construção do conhecimento, o que coaduna com a concepção das epistemologias do sul e periféricas, na medida em que, como demarca Dussel,

Aquele que opera ético-criticamente deve (está obrigado a) libertar a vítima, como participante (por “situação” ou por “posição” – diria Gramsci) da própria comunidade a que pertence a vítima, por meio de (a) uma transformação factível dos momentos que causam a negatividade material (impedem algum aspecto da reprodução da vida) ou discursivo-formal (alguma simetria ou exclusão da participação) da vítima; e (b) a construção, através de mediações com factibilidade estratégico-instrumental críticas, de novas normas, ações, microestruturas, instituições ou até sistemas completos de eticidade onde essas vítimas possam viver, sendo participantes iguais e plenos. [...] deve-se levar em conta que a realização prática positiva, ou a práxis da libertação propriamente dita, tem sempre por sujeito sócio-histórico próprio de referência a própria comunidade crítica das vítimas – seja qual for o rosto com que se revele – e está sempre a cargo da responsabilidade da própria comunidade das vítimas: é um ato de autolibertação de um sujeito histórico específico (Dussel, 2002, p. 265).

As epistemologias do sul e periférica conformam uma orientação política e epistêmica, o que se alinha a proposição da Psicologia Latino-Americana, na medida em que tratam de conhecimentos nascidos na luta contra os mecanismos de poder (opressão, dominação e exclusão), das articulações entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. Neste sentido, as construções da Psicologia Social, da Psicologia Política, da Psicologia Comunitária e a Psicologia da Libertação (de Martín Baró) na América Latina, marcam as características de um saber autônomo que circunscreve um campo com características particulares de uma Psicologia que podemos chamar Latino-Americana.

A Psicologia Latino-Americana, enquanto episteme do sul e periférica, foi e é forjada nos países da América Latina, em meados da década de 1960, como premissa a proposição de uma psicologia produzida, inserida, comprometida e voltada à realidade latino-americana, delineada pela busca da construção e implicação com um conhecimento produzido e pensado a partir de sua própria realidade, rejeitando certa dominação epistemológica e de modernidade eurocêntrica.

Esses delineamentos, por sua vez, não pretendem (re)reproduzir uma ideia atada a razão indolente (Santos, 2000), sustentada nas dicotomias e nos binarismos, mas, pelo contrário, que esta razão sustente a crítica às formas de exclusão e colonização do pensamento, o qual perde a realidade em sua multiplicidade, em suas diferenças, em suas contradições e dialogicidade. Assim como demarcar o valor de uma Psicologia que se produziu não por importações de epistemes do Norte e do Centro, mas pela produção de epistemes do Sul e Periféricas (como destacam Santos e Menezes, 2010; e Dussel, 1995; 2000), pelo primado de uma Psicologia que busca pensar as peculiaridades de sua própria realidade, a partir da construção de sua própria episteme e de modo autônomo, trazendo para seu seio, enquanto interesse primeiro, o saber popular, das periferias, das comunidades, dos grupos, dos movimentos sociais, das associações de bairros, das vidas subalternizadas, das classes populares, das periferias, daquilo que se produz na vida, para a vida e para o bem viver.

Assim como, nos últimos tempos, a Psicologia Latino-Americana tem incorporado as discussões dos estudos feministas e de gênero, da filosofia africana e dos estudos decoloniais e interseccionais. E pretendem colaborar com as lutas sociais dos povos indígenas, movimento negro, movimento LGBT, movimento feminista, população de rua, comunidades periféricas e favelas, associações de bairro, luta antimanicomial, movimentos sindicais,

populações marginalizadas e classes subalternas, dentre outros. Trazendo os saberes destes coletivos como o saber que consolida sua episteme, que calhe as formas de epistemologia do sul (Santos) e epistemologia periférica (Dussel).

Este interesse, portanto, da Psicologia Social nos saberes e lutas das vidas subalternizadas e oprimidas, caracteriza sua produção enquanto uma guinada na Psicologia que se demarca enquanto episteme do sul e periférica, na medida em que traz para o centro aquilo que supostamente estava fora, seja no discurso científico (conforme Santos e Menezes, 2010; e Dussel, 1995; 2000), seja da política (ou no campo da vida nua, como afirma Agamben, 2010). Fator que expressa seu caráter epistemológico sulino e periférico na medida em que, como demarca Santos (2011), tais epistemes visam à inclusão dos diversos grupos que estão em condições de invisibilidade política e sob violências sociais: imigrantes, camponeses, moradores de periferia, pobres, negros, mulheres, indígenas, gays, entre outros marginalizados. E como problematiza Dussel (2016), a visão monolítica substancialista de uma cultura latino-americana havia sido deixada para trás, a cultura popular dos oprimidos do sistema estatal era desprezada pelos dominantes apenas como folclore, música, comida, roupas, festivais, enquanto, por outro lado, a Psicologia Latina busca recuperar o axioma da cultura e do saber popular que mantém a memória de seus povos e ancestrais, seus feitos emancipatórios, as organizações sociais e políticas e suas fissuras culturais internas que crescem graças à mesma revolução cultural.

Boaventura de Souza Santos reconhece a América Latina como um dos lugares de criação de conhecimentos que ancoram as epistemologias do Sul, assim como Enrique Dussel propõe nossos saberes como epistemes periféricas. Assim, podemos defender que a (re)conhecida Psicologia Latino-Americana, que emerge nos anos 1960 na AL, ao construir-se como episteme não hegemônica, que emerge dos saberes populares e das lutas sociais, alinha-se a perspectiva das epistemologias do Sul e Periférica.

### **Considerações finais**

Com certeza várias questões neste exercício de recomposição da matriz do pensamento da Psicologia Latino-Americana mediante a aproximação das epistemologias do Sul e Periférica permanecem em aberto. Elas são muito mais indicações de estratégias de questionamentos do que conclusões.

É possível, no entanto, observar as aproximações que existem no interior da Psicologia Latino-Americana de orientação crítica e de caráter político com as construções de outras epitemes na América Latina que se produziram a partir dos embates da teologia e filosofia da libertação, os embates sobre modernidade e pós-modernidade dos anos 80, as discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação e estudos culturais, bem como do giro decolonial; estudos os quais incluem os conhecimentos produzidos pelas classes subalternizadas, exploradas e oprimidas. A Psicologia Latino-Americana emerge nesta guinada enquanto um campo com compromisso ético-político com as classes subalternas e oprimidas e na construção de uma episteme que toma a própria realidade como ponto de partida buscando transformá-la. Isto marca as características de uma Psicologia Latino-Americana como epistemologia do Sul e Periférica.

Se, no início do século XX, a revolução da psicologia foi consolidar-se como ciência, tendo de adotar o estatuto da ciência positivista e cartesiana, forjando-se a partir de estudos experimentalistas laboratoriais, para afastar-se da influência do saber religioso, hoje em dia, cem anos depois, faz-se necessária uma nova revolução, que ela se sustente nas epitemes do sul, periférica, decolonial, marginal, africana, latina, Tupi, indígena, ameríndia, negra, feminista etc., a fim de recuperar seu objeto, sujeito, sequestrado pelas formas capitalistas da existência humana.

## **Referências**

- Agamben, G. (2010). *Homo Sacer*. O Poder Soberano e a Vida Nua I. Belo Horizonte, BH: Editora UFMG.
- Campos, R. H. F. (Org.). (1996). *Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Dussel, E. (1995). *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo, SP: Paulus.
- Dussel, E. (2000). “Europa, modernidad y eurocentrismo”. In E. Lander (Ed.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso.

- Dussel, E. (2002). *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes.
- Dussel, E. (2016). Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado*, 31(1), 51-73. Recuperado em <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00051.pdf>
- Galeão-Silva, L. G. (2017). Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias. In: N. Silva Jr. & W. Zangari. (Org.). *A psicologia social e a questão do hífen* (91-100). São Paulo, SP: Blucher.
- Hur, D. U. e Lacerda Jr., F. (2016). Apresentação. In D. U. Hur, & F. Lacerda Junior (Orgs.). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. São Paulo, SP: Alínea.
- Lane, S. T. M. (1994). A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento* (13ª ed). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1996a). *Histórico dos Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil*. In R. H. F. Campos. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da Solidariedade à Autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lane, S. T. M. (1996b). Parar para pensar... e depois fazer. (entrevista com Sílvia T. M. Lane). *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 3-15.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C. & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia social como psicologia política? A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. *Psicologia Política*, 9(18), 223-236. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a04.pdf>
- Lima, A. F. (2012). A identidade como “problema” de pesquisa. *ECOS*, 2(2), 215-219. Recuperado em <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/987/717>
- Marx, K. (2010). *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo. Originalmente publicado em 1843.
- Menezes, M. P. (2018). Pensando desde el Sur y con el Sur. In B. S. Santos. (Ed.) *Construyendo las Epistemologías del Sur : para un pensamiento alternativo de alternativas*. Vol. 1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, BA: CLACSO.

- Miglievich-Ribeiro, A. (2014). Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, 14(1), 66-80. Recuperado em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181/10959>
- Montero, Maritza. (1984). La psicología comunitaria: orígenes, principios y fundamentos teóricos. *Revista latinoamericana de Psicología*, 16(3),387-400. Recuperado em <https://www.redalyc.org/pdf/805/80516303.pdf>
- Parisi, E. R. (2008). *Definiendo a la psicología política*. *Boletín (Soc. Psicol. Urug)*, 46, 20-38. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bpsu/n46/n46a05.pdf>
- Quijano, A.(1992). Colonialidad y modernidad-racionalidad. In H. Bonilla (Ed.) *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Quito: Tercer Mundo.
- Quijano, A. (2005). Colonialidad do Poder, eurocentrismo e América Latina. In CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, BA: CLACSO.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência – para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2011). Epistemologías del Sur. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 16(54), 17-39. Recuperado em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27920007003>
- Santos, B. de S. (2014). *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Londres: Paradigm Publisher.
- Santos, B. S. (2018). *Na oficina do sociólogo artesão*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (2010). (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Spivak, G. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Viera, E. (2013). Construyendo Psicología Política Latinoamericana desde la Psicología de la Liberación. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 11(30), 37-56. Recuperado em <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/JulioAgosto2013-Art%EDculo04.pdf>